

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Sem papel, sem acordo

Cautelosos em relação ao anúncio dos cortes de gastos, líderes querem, primeiro, avaliar o que vem por escrito. As conversas até aqui deram alguns detalhes, mas só o papel dirá o que, de fato, está valendo. “Não aprovamos teses. Aprovamos projetos com pontos e vírgulas”, afirmou um deles.

Água mole em pedra dura...

O governo tentou em outras oportunidades, como na elaboração do arcabouço fiscal, mexer no Fundo Constitucional do Distrito Federal, com direito a declarações do ministro da Casa Civil, Rui Costa, criticando o fato de a capital da República ser aqui. Agora, vem nova tentativa de mudar a fórmula de cálculo de reajuste do FCDF. Desta vez, tem líder dizendo que, a depender do texto, apoiará a proposta.

Lula quer jogo até o Natal

Na reunião com os líderes, o presidente foi direto ao dizer, em tom de apelo, que dava para trabalhar até 24 de dezembro e aprovar tudo relacionado ao pacote de corte de gastos. A turma deu risada. Um sinal de que ainda não sabem se o conjunto de medidas terá força de tirar os congressistas do “modo avião”.

E o Dino, hein?

Até aqui, nada de o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, decidir sobre a liberação das emendas. E sem elas, a Casa dificilmente se sentirá “aquecida” para votar projetos polêmicos.

Os dois grandes sinais

O pacote anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi visto na política como o primeiro sinal de que Luiz Inácio Lula da Silva deseja concorrer à Presidência da República em 2026. Afinal, embora alguns setores apontem os cortes como insuficientes para cobrir as despesas, o presidente está focado em cumprir promessas que “seguram” parte do eleitorado — leia-se a isenção de impostos para quem recebe salários de até R\$ 5 mil. Ou pelo menos que quer terminar 2026 com o discurso do dever cumprido. Ainda que tenha havido uma mistura das estações — reforma tributária relacionada à renda e os cortes orçamentários —, a avaliação do

governo é de que a união desses fatores vem sob encomenda para deixar Lula como o defensor dos mais pobres.

O segundo grande sinal será a reforma ministerial, prevista para fevereiro, depois da troca de comando na Câmara e no Senado. A avaliação dos deputados e senadores que observam todos os movimentos rumo a 2026 é de que, se Lula colocar o centrão ainda mais para dentro do governo — leia-se num cargo como a Secretaria de Relações Institucionais, por exemplo —, é sinal de que o presidente é candidatíssimo. Caso contrário, arrumará outro para empunhar a bandeira do PT e esses partidos se sentirão mais livres para voar.



CURTIDAS



Projeto frio/ À coluna, a senadora Teresa Leitão (PT-PE, **foto**) avaliou que a situação ficou pior para o “PL da anistia”, pois as investigações da Polícia Federal (PF) revelaram que o episódio de 8 de janeiro de 2023, na verdade, pode fazer parte de uma trama golpista maior. “O projeto tinha uma consistência muito vulnerável e, agora, piorou, porque está dentro de um contexto de golpe. O que houve no dia 8 de janeiro não merece ser anistiado”, enfatizou.

Clima quente/ O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) vai na mesma linha: “A temperatura aumentou muito. Eu mesmo assinei o requerimento para arquivar o projeto da anistia. Os fatos são muito graves, e não tem o menor clima para se discutir a anistia nesse momento”, reforçou.

O sentimento deles/ O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) falou sobre o inquérito da PF em evento na Câmara (leia no Blog da Denise). Mas quem também desabafou com a coluna foi o deputado Maurício Marcon (Podemos-RS), afirmando que, agora, pensa bem no que falar quando vai ao plenário. “É isso. A gente tem um processo de ruptura democrática visto a olhos nus e posso dizer que eu penso nas palavras que vou falar quando subo à tribuna. Isso já é um sinal de que a gente tem medo do Judiciário, que deveria ser um poder que nos auxiliasse a manter democracia”, disse.

E o Bolsonaro, hein?/ Com a economia pedindo passagem, o discurso de perigo à democracia volta para o segundo plano e, com ele, as denúncias contra o ex-presidente. A tendência é de que, depois do inquérito de mais de 800 páginas, esse tema esquente para valer apenas em 2025.

» Entrevista | JORGE VIANA | PRESIDENTE DA APEXBRASIL

Ex-senador considera que os influenciadores do mercado se acostumaram a um modelo de país diferente do que é atualmente

“Brasil da Faria Lima não existe mais”

» DENISE ROTHENBURG
» SIBELE NEGROMONTE
» JULIANA SOUSA*

As medidas econômicas detalhadas ontem pelo ministro Fernando Haddad, da Fazenda, deixaram o “mercado” de mau humor e um dos principais resultados disso foi a disparada do dólar, que subiu a R\$ 6,00 — no fechamento do dia, R\$ 5,98. Para Jorge Viana, presidente da ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), isso é reflexo da “modelagem” que a Faria Lima tem, “que está presa a um Brasil que não existe mais”. A crítica foi feita na edição de ontem do CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. “Somos um país que quer ocupar espaço no mundo, melhorar seu parque industrial e atualizar na nova agenda global”, salientou. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O anúncio do novo pacote do governo colocou o dólar lá em cima. Como resolver essa questão?

Converso com pessoas da Faria Lima desde a época da campanha (presidencial). A modelagem que eles têm está presa a um Brasil que não existe mais. Somos um país que quer ocupar espaço no mundo, melhorar seu parque industrial e atualizar na nova agenda global. E qual é essa agenda? Descarbonização e enfrentamento da crise climática e demográfica. O Brasil é um dos poucos países do mundo com condições privilegiadas para se posicionar bem nesse cenário e liderar essa nova era. Quando pensamos em hidrogênio verde, por exemplo, só pode produzi-lo quem possui energia renovável — e o Brasil tem em abundância. O mundo deve crescer 2,5%, segundo as

últimas projeções, e o Brasil, 3%. A postura não pode ser de mau humor ou otimismo, mas de defesa do Brasil.

Tivemos, recentemente, o episódio do Carrefour, que tentou colocar a carne brasileira em segundo plano. O agro não gostou, nem o governo. Como fica, então?

Foi um erro. Vem um senhor de uma empresa (Alexandre Bompard, CEO do Carrefour) e fala certas coisas. Mas não foi o único: a ministra da Agricultura da França (Annie Genevard) também fez declarações equivocadas. Usaram argumentos falsos para dizer que não queriam mais comprar carne e proteína do Brasil. Se há um país extremamente zeloso com questões sanitárias é o Brasil. O que eles (França) compram de proteína do Brasil é insignificante, e a Europa como um todo. O problema não é o volume de vendas, mas sim a imagem do Brasil, afetada por argumentos falsos.

Esse episódio traz ruídos entre o Mercosul e União Europeia. Como andam as negociações para o fechamento do acordo comercial?

A França tem deixado claro que não concorda com o acordo. Mas as negociações estão progredindo. Nesta semana, estive com a princesa Astrid, da Bélgica, em São Paulo. Em reunião com o ministro Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), ela explicou que a Bélgica é favorável ao acordo. A maioria dos países europeus está a favor, o que pode alterar a geografia econômica global.

No caso dos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump, como fica a relação com o Brasil?

Os EUA são o maior investidor

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



O Brasil é um dos poucos países do mundo com condições privilegiadas para se posicionar bem nesse cenário e liderar essa nova era. O mundo deve crescer 2,5%, segundo as últimas projeções, e o Brasil 3%. A postura não pode ser de mau humor ou otimismo, mas de defesa do Brasil

estrangeiro direto no Brasil. Estamos vendo uma recuperação industrial no país. Apesar da previsão de queda de cerca de 1% no desempenho do agronegócio este ano, devido à redução dos preços das commodities, as exportações industriais têm registrado aumento. Os EUA precisam continuar sendo uma prioridade para o Brasil. Negócios devem ser tratados separadamente, com pragmatismo. O próprio presidente Lula ressaltou isso.

O Trump disse que haverá uma onda de taxaço. Essa onda chega ao Brasil?

Ao impor tarifas sobre

produtos, pode gerar inflação em algumas regiões do mundo e impactará a balança comercial de vários países. No Brasil, no governo passado, o comércio com os EUA estagnou. Com Lula, estamos vendo uma retomada da diplomacia presidencial, essencial para fortalecer laços comerciais. Essa abordagem pode colocar o Brasil em uma posição estratégica no comércio global.

E para o médio e pequeno produtor, como andam as exportações?

Estamos desenvolvendo o programa Exporta Mais, dialogando com os governadores. É

do Norte e do Nordeste que vem o maior potencial de crescimento exponencial. No Norte, podemos avançar muito com a bioeconomia na Amazônia e com o mercado de carbono, que deve atrair muitos investimentos. No Nordeste, temos oportunidades com o hidrogênio verde, a energia renovável e os polos industriais. Isso não significa que vamos deixar de contribuir para o crescimento do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, mas é essencial equilibrar melhor o desenvolvimento regional.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Motor do crescimento

» VANILSON OLIVEIRA

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou, ontem, que a reforma tributária será determinante para impulsionar o crescimento econômico do Brasil, destacando que a medida eliminará a chamada “cumulatividade de crédito tributário”. A afirmação foi em evento promovido pela ApexBrasil.

Ele mencionou projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que indicam um impacto positivo significativo da reforma sobre a economia brasileira nos próximos 15 anos. “O PIB pode crescer 12% a mais; os investimentos, 14%; e as exportações, 17%. Mas, para que isso ocorra, é preciso desburocratizar os processos, simplificando e reduzindo custos”, destacou.

Alckmin ressaltou a relevância do setor para a economia brasileira e apontou os desafios e oportunidades que o país enfrenta no mercado global. Conforme salientou, a reforma permitirá que exportadores sejam desonerados de impostos pagos ao longo da cadeia produtiva. “Isso desaparecerá na reforma tributária. Ela desonera completamente investimento e exportação”, explicou.

Para Alckmin, a diversificação econômica brasileira, que inclui desde commodities como soja e minério de ferro até aeronaves, deixa o país em uma posição estratégica. “O Brasil é o quinto do mundo em extensão territorial e oitava economia mundial. Logo seremos o sétimo. Nosso potencial é imenso”, frisou.